



Paisagem Cultural Brasileira: Preservação e seus Entraves Brazilian Cultural Landscape: Preservation and its Barriers

Daiane Romio Duarte, mestrado em Engenharia de Edificações e Ambiental.

daiane_duarte@yahoo.com.br

Vanessa Casarin, doutorado em Arquitetura e Urbanismo.

vanessa.arq@gmail.com

Alina Gonçalves Santiago, pós-doutorado pelo IREST, França.

alinagsantiago@hotmail.com

Resumo

A paisagem cultural engloba um contexto amplo de relações complexas que dão um maior significado aos bens culturais. Apesar de sua importância, há dificuldades no seu entendimento do conceito e na efetivação da proteção dessa paisagem dada seu recente reconhecimento como categoria e pela complexidade do tema. O Brasil tem um grande potencial de valorização de sua paisagem cultural em função da rica cultura e vasta extensão territorial. Este artigo tem como objetivo principal o levantamento de dados acerca do estado da arte da paisagem cultural no Brasil e em países desenvolvidos. Os objetivos específicos da pesquisa são: identificar as principais discussões acerca do conceito de paisagem cultural, levantar as ferramentas e instrumentos legais utilizados na preservação; listar as principais paisagens culturais já legalmente protegidas no mundo; e identificar os maiores entraves para a proteção da paisagem identificados. A pesquisa é feita através de levantamento bibliográfico e tem sua contribuição na identificação da situação atual da proteção da paisagem cultural no Brasil e no mundo, mostrando experiências nacionais e mundiais de modo a clarear os caminhos e apresentar possíveis soluções para a proteção dos bens culturais brasileiros.

Palavras-chave: Proteção do Patrimônio Histórico; Paisagem Cultural; Gestão da Paisagem

Abstract

Cultural landscape encompasses a broad context of complex relationships that give greater meaning to cultural assets. Despite its importance, there are difficulties in understanding the concept and in the landscape protection effectiveness, given its recent recognition as a category and theme complexity. Brazil has a great cultural landscape potential due to the rich culture and large territory. This article has, as main objective, collection of data on world cultural landscape state of art. The specific objectives of the research are: identify the main discussions about the concept of cultural landscape, to raise the tools and legal instruments used in preservation; list the major cultural landscapes already legally protected in the world; and identify the major obstacles to landscape protection identified. The research is done through a bibliographical survey and has its contribution in the identification of the current situation of protection of the cultural landscape in Brazil and in the world, showing national and world experiences in order to clarify possible ways and possible solutions for the protection of Brazilian cultural assets.

Keywords: Historical Heritage Protection; Cultural Landscape; Landscape Management





1. Introdução

O patrimônio cultural de um povo contribui para o entendimento da identidade histórica desse, sendo constituído por bens passíveis de reconhecimento ou por seus aspectos representativos de significado. Dentro dos bens patrimoniais está a paisagem cultural, uma classificação de patrimônio mais recente, onde há dificuldades no seu entendimento e na efetivação da proteção. A proteção da paisagem cultural, se caracteriza pela união de bens materiais e imateriais, dando um melhor significado ao bem cultural como um todo, sendo um contexto amplo e de relações complexas.

Na Europa, várias regiões são valorizadas e visitadas em função da designação de patrimônio e da conservação da cultura e da paisagem. O Brasil tem um grande potencial de valorização de sua paisagem cultural em função da sua rica cultura e vasta extensão territorial. Hoje, os órgãos responsáveis pela gestão da proteção ainda não estão prontos para acolher a demanda de proteção da paisagem cultural dada seu recente reconhecimento como categoria e pela complexidade do tema.

A preservação da paisagem cultural beneficia a sociedade através da manutenção dos seus valores culturais e do seu ambiente natural. Quando gerida adequadamente, a proteção desta pode agir como elemento estimulador das questões socioeconômicas locais e para preservação dos bens naturais, gerando sustentabilidade no longo prazo.

Este artigo tem como objetivo principal o levantamento de dados acerca do estado da arte sobre tema paisagem cultural no Brasil e em países desenvolvidos. Os objetivos específicos da pesquisa são: (a) identificar as principais discussões acerca do conceito de paisagem cultural, (b) levantar as ferramentas e instrumentos legais utilizados para sua preservação; (c) listar as principais paisagens culturais já legalmente protegidas no mundo; e (d) listar os maiores entraves para a proteção da paisagem identificados.

A pesquisa pretende contribuir identificando a situação da proteção da paisagem cultural no Brasil e no mundo, mostrando experiências nacionais e mundiais de modo a clarear os caminhos e apresentar possíveis soluções para a proteção dos bens culturais brasileiros. A pesquisa é feita através de levantamento bibliográfico em publicações científicas nacionais e internacionais.

2. Paisagem Cultural e sua Proteção

Os primeiros estudos de paisagem vieram da geografía em 1925, mas foi somente a partir de 1990 que o termo ganhou novo significado ao ser associado a noção de patrimônio. O conceito de paisagem era inicialmente visto como uma associação de formas naturais com a atividade humana, onde, segundo o entendimento de Sauer (1931), a cultura é o agente, a natureza o meio e a paisagem o resultado. Neste conceito só há entendimento dos aspectos visíveis e sem a inclusão dos fatos não-materiais da atividade humana. Na ideia de paisagem está implícito a questão do tempo e suas relações com o espaço, na medida que ela está em contínuo processo de desenvolvimento. Para o entendimento da paisagem, Sauer afirmava que o trabalho do geógrafo deveria iniciar-se na observação da paisagem natural e acompanhar o desenvolvimento ao longo do tempo até a formação da





paisagem cultural atual. No desenvolvimento da paisagem cultural haveria um momento clímax, seguido por um momento de decadência onde haveria a possibilidade de imposição de uma nova cultura, que por sua vez iniciaria a construção de uma nova paisagem (RIBEIRO, 2007).

Outro entendimento sobre o conceito de paisagem cultural afirma que o fundamental é o caráter simbólico e subjetivo da paisagem, justamente o que não era considerado pelo conceito Saueriano. Nesta visão, a paisagem entra no contexto de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre a ação e a percepção do ambiente. A estética da paisagem é uma criação simbólica, onde as formas refletem um conjunto de atitudes humanas. Essas impressões deixadas pelo homem na paisagem revelam o pensamento de um povo sobre seu entorno. Neste contexto destaca-se Tuan (1980), que acrescenta maior valor ao conceito de lugar que ao de paisagem por demonstrar mais fortemente a ideia de pertencimento e desenvolve a noção de *Topofilia* como o amor ao lugar.

Cosgrove, identifica que a paisagem só pode ser entendida no contexto da história da sociedade e de sua economia, sendo que a forma de organização social do homem resulta e, ao mesmo tempo, influencia as mudanças no relacionamento com o ambiente físico. O autor estabelece um patamar comum entre o objeto da paisagem e a sensibilidade, dando dois usos distintos da ideia de paisagem: a representação artística e literária do mundo visível (cenário), implicando também numa forma de experimentar e expressar sentimentos a partir do mundo exterior (sensibilidade), e a ideia de paisagem que denota a integração dos fenômenos físicos e humanos, podendo ser empiricamente verificada e analisada através de métodos científicos. (RIBEIRO, 2007)

Na visão da geografia regional, Vidal de La Blache entende que o homem contribui para a mudança do meio físico e biológico, sendo um ser dotado de iniciativa, mais do que um simples refém. No seu trabalho, são fundamentais todas as construções que resultam da ação combinada do homem com a natureza. A relação do homem com o meio moldaria, ao longo dos tempos, o modo de ser de um grupo humano, a qual ele chamou de um gênero de vida. (RIBEIRO, 2007)

Já o trabalho de Berque afirma que a paisagem não se reduz ao mundo visual, especificada pela subjetividade do observador, mas também é referida aos objetos concretos existentes. Dessa forma, a paisagem não reside exclusivamente no objeto nem somente no sujeito, mas na interação complexa dos dois. A paisagem, para Berque, é ao mesmo tempo Matriz, na medida em que as estruturas e formas da paisagem contribuem para a perpetuação de usos e significações entre as gerações; e Marco, na medida em que cada grupo grava em seu espaço os sinais e os símbolos de sua atividade. (RIBEIRO, 2007).

O entendimento de paisagens culturais possibilitou ultrapassar os limites do sítio, "permitindo se pensar os recursos culturais a partir de outros enfoques, baseados em elementos que vão além de suas propriedades materiais" (ARAUJO 2009). O termo reforça a ideia de paisagem enquanto construção do homem, por ele percebida ou apropriada culturalmente (OLIVEIRA e ZANIRATO, 2017). Ribeiro (2007) aponta paisagem cultural como testemunho do trabalho do homem e de sua relação com a natureza, como um retrato da ação humana sobre o espaço ou como um cenário ou panorama.





Na questão da paisagem cultural, é importante ressaltar que a paisagem é dinâmica, que se modifica ao longo do tempo em função dos fatores naturais e da ação do homem no seu contexto. A cada geração humana, há um acréscimo de marcas na paisagem, que no transcorrer da história vão sendo modificadas, mas sem perder por completo os elementos de sua morfologia primitiva. A paisagem é um documento histórico construído pelo acréscimo de novos elementos ou da modificação dos existentes, em uma sobreposição não linear e infinita de manifestações culturais. (VASCONCELOS 2012)

Portanto, nota-se que o conceito de paisagem cultural apresenta diversas leituras e diferentes interpretações, demonstrando a riqueza e a complexidade que envolve o tema. Entende-se que o conceito ainda está em construção, sendo as questões físicas e morfológicas, assim como as simbólicas devem ser consideradas, acrescentando o ensejo histórico social e econômico para um entendimento mais completo.

3. Instrumentos de Proteção

Apesar do conceito de paisagem já ser discutido desde 1925, foi somente na Convenção do Patrimônio Mundial em 1992, onde formalizou-se o primeiro instrumento jurídico internacional de reconhecimento e proteção das paisagens culturais de valor universal excepcional. Esta nova perspectiva representa uma importante contribuição para se abordar a questão do desenvolvimento sustentável, ao envolver mais de perto as próprias comunidades. Em 1999, a UNESCO definiu as paisagens culturais como a representação do trabalho combinado da natureza e do homem designado, sendo ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e oportunidades dadas pelo ambiente natural e das sucessivas forças socioeconômicas e culturais internas e externas. Nesse conceito, a seleção das paisagens deve ser feita com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões. (CASTRIOTA, 2009)

Em paralelo ao trabalho da UNESCO no reconhecimento e preservação da paisagem, uma Convenção Europeia da Paisagem foi realizada em 2000, propondo uma visão de escala regional, tendo como objeto de estudo todo o território dos seus estados membros, independente da excepcionalidade ou não destes territórios. Nesta perspectiva, todo o território deve ser considerado um grande arquivo de história do homem e da natureza. O objetivo da Convenção Europeia é de acompanhar, e não impedir, as mudanças naturais ou culturais da paisagem, sem perder os registros históricos. Outra preocupação é proporcionar o desenvolvimento sustentável dos meios de produção, permitindo o uso dos recursos sem causar seu esgotamento. (VASCONCELOS, 2012)

Apesar das divergências de entendimento, a questão da paisagem cultural tem se espalhado, penetrando nas políticas de patrimônio nas diversas ao redor do mundo. Um exemplo citado por Castriota (2009) é a ação do órgão inglês de preservação chamado de *English Heritage*. Ele coordena o Programa de Caracterização das Paisagens Históricas, e desde 1992 vem produzindo uma descrição georeferenciada da dimensão histórica das paisagens rurais da Inglaterra. Nos Estados Unidos, a temática da paisagem cultural foi





estabelecida a partir de 1980 através do *National Park Service*, que desenvolveu critérios para intervenções em paisagens culturais. Estes critérios se consolidaram com o lançamento do *Preservation Brief* n. 36 ao final dos anos de 1990. (CASTRIOTA, 2009)

A importância do tema e o desenvolvimento do conceito de paisagem cultural têm buscado superar o antagonismo entre as categorias de patrimônio cultural e natural. Neste sentido, nota-se que desde 1992 vários Estados-membros têm buscado identificar e proteger suas paisagens culturais, tentando, por exemplo, incluí-las na Lista do Patrimônio Mundial. No Quadro 1 são listadas as paisagens culturais reconhecidas pela UNESCO como patrimônio mundial, onde o Brasil apresenta dois sítios reconhecidos, sendo um a Paisagem Carioca no Rio de Janeiro e o outro o Conjunto da Pampulha, em Minas Gerais.

Quadro 1 – Paisagens Culturais Mundiais listadas pela UNESCO

N.	Paisagem Cultural	Ano	País	Continente
1	Paisagem Cultural e Restos Arqueológicos do Vale Bamiyan	2003	Afeganistão	Ásia
2	Paisagem Cultural Mapungubwe	2003	África do Sul	África
3	Paisagem Cultural e Botânica Richtersveld	2007	África do Sul	África
4	Paisagem Cultural Khomani	2017	África do Sul	África
5	Reino dos Jardins de Dessau-Wörlitz	2000	Alemanha	Europa
6	Vale do Alto Médio Reno	2002	Alemanha	Europa
7	Parque Muskauer-Muzakowski	2004	Alemanha	Europa
8	Bergpark Wilhelmshöhe	2013	Alemanha	Europa
9	Vale Madriu-Perafita-Claror	2004	Andorra	Europa
10	Quebrada de Humahuaca	2003	Argentina	América
11	Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta	1994	Austrália	Oceania
12	Paisagem Cultural Hallstatt-Dachstein / Salzkammergut	1997	Áustria	Europa
13	Paisagem Cultural Wachau	2000	Áustria	Europa
14	Paisagem Cultural Fertö / Neusiedlersee	2001	Austria / Hungria	Europa
15	Paisagem Cultural de Arte Rupestre Gobustan	2007	Azerbaijão	Europa
16	Rio de Janeiro: Paisagens Culturais Cariocas entre Montanha e Mar	2012	Brasil	América
17	Conjunto Moderno da Pampulha	2016	Brasil	América
18	Paisagem Cultural do Grand Pré	2012	Canadá	América
19	Petroglifos na Paisagem Arqueológica de Tamgaly	2004	Cazaquistão	Ásia
20	Ennedi Massif: Paisagem Cultural e Natural	2016	Chade	África
21	Parque Nacional de Lushan	1996	China	Ásia
22	Monte Wutai	2009	China	Ásia
23	Lago Oeste Paisagem Cultural de Hangzhou	2011	China	Ásia
24	Paisagem Cultural de Terraços de Arroz de Honghe Hani	2013	China	Ásia
25	Paisagem Cultural Artística Rupestre de Zuojiang Huashan	2016	China	Ásia
26	Paisagem Cultural do Café da Colômbia	2011	Colômbia	América
27	Vale Viñales	1999	Cuba	América
28	Paisagem Arqueológica das Primeiras Plantações de Café do Sudeste de Cuba	2000	Cuba	América
29	Paisagem de Caça Medieval no Norte da Zelândia	2015	Dinamarca	Europa
30	Kujataa Gronelândia: Cultivo Nórdico e Inuit à beira da calota de gelo	2017	Dinamarca	Europa
31	Paisagem Cultural Aranjuez	2001	Espanha	Europa
32	Paisagem Cultural da Serra de Tramuntana	2011	Espanha	Europa
33	Papahãnaumokuãkea	2010	Estados Unidos da América	América
34	Paisagem Cultural Konso	2011	Etiópia	África
35	Terraços de Arroz da Cordilheira das Filipinas	1995	Filipinas	Ásia
36	Jurisdição de Saint-Emilion	1999	França	Europa
37	O Vale do Loire entre Sully-sur-Loire e Chalonnes	2000	França	Europa
38	Causses e Cevenas, Paisagem Cultural Agropastoril Mediterrânea	2011	França	Europa
39	Bacia Mineira de Nord-Pas de Calais	2012	França	Europa





40	Encostas, caves e lojas de Champagne	2015	França	Europa
41	Os Climats, terroirs da Borgonha	2015	França	Europa
42	Taputapuãtea (na Polinésia Francesa)	2015	França	Oceania
43	Pirineus – Monte Perdido	1999	França / Espanha	Europa
44	Ecossistema e Paisagem Cultural Relíquia de Lopé-Okanda	2007	Gabão	África
45	Parque Nacional de Hortobágy - a Puszta	1999	Hungria	Europa
46	Paisagem Cultural Histórica da Região Vinícola de Tokaj	2002	Hungria	Europa
47	Abrigos na Rocha de Bhimbetka	2003	Índia	Ásia
48	Paisagem Cultural da Província de Bali: o sistema Subak e a Manifestação da Filosofía Tri	2012	Indonésia	Ásia
40	Hita Karana	2012	muonesia	Asia
49	Bam e sua Paisagem Cultural	2004	Irã	Ásia
50	O Jardim Persa	2011	Irã	Ásia
51	Paisagem Cultural de Maymand	2015	Irã	Ásia
52	Parque Nacional Þingvellir	2004	Islândia	Europa
53	Rota do Incenso - Cidades do Deserto de Negev	2005	Israel	Ásia
54	Costa Amalfitana	1997	Itália	Europa
55	Portovenere, Cinque Terre e as Ilhas (Palmaria, Tino e Tinetto)	1997	Itália	Europa
56	Parque Nacional do Cilento e do Vale de Diano com Sítios Arqueológicos de Paestum e	1998	Itália	Europa
30	Velia, e a Certosa di Padula	1990	Italia	Europa
57	Sacri Monti do Piemonte e da Lombardia	2003	Itália	Europa
58	Vale de Orcia	2004	Itália	Europa
59	Vilas e Jardins dos Médici na Toscana	2013	Itália	Europa
60	Paisagem vinícola do Piemonte: Langhe-Roero e Monferrato	2014	Itália	Europa
61	Lugares Sagrados e Rotas de Peregrinação no Monte Kii	2004	Japão	Ásia
62	Mina de Prata Iwami e sua Paisagem Cultural	2007	Japão	Ásia
63	Ouadi Quadisha (o Vale Cagrado) e a Floresta do Cedro de Deus (Horsh Arz el-Rab)	1998	Líbano	Ásia
64	Istmo da Curlândia	2000	Lituânia / Federação Russa	Europa
65	Sítio Arquológico Kernave (Reserva cultural de Kernave)	2004	Lituânia	Europa
66	Colina Real de Ambohimanga	2001	Madagascar	África
67	Paisagem Cultural Le Morne	2008	Maurício	África
68	Paisagem Agave e Antigas Instalações da Indústria de Tequila	2006	México	América
69	Cavernas Pré-Históricas de Yagul e Mitla no Vale Central de Oaxaca	2010	México	América
70	Paisagem Cultural Vale Orkhon	2004	Mongólia	Ásia
71	Paisagem Cultural Sukur	1999	Nigéria	África
72	Caverna Sagrada de Osun-Osogbo	2005	Nigéria	África
73	Vegaøyan – O arquipélago Vega	2004	Noruega	Europa
74	Parque Nacional Tongariro	1993	Nova Zelândia	Oceania
75	Palestina: Terra de Azeitonas e Vinhas – Paisagens Cult. do Sul de Jerusalém, Battir	2014	Palestina	Ásia
76	Área Agrícola Kuk Early	2008	Papua Nova Guiné	Oceania
77	Kalwaria Zebrzydowska: Conjunto Arquitetônico Maneirista e Paisagístico e Parque de	1999	Polônia	Europa
//	Peregrinação	1999	roioilla	Ешора
78	Parque Muskauer-Muzakowski	2004	Polônia	Europa
79	Paisagem Cultural de Sintra	1995	Portugal	Europa
80	Região Vinícola do Alto Douro	2001	Portugal	Europa
81	Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico	2004	Portugal	Europa
82	Florestas Sagradas de Mijikenda Kaya	2008	Quênia	África
83	Montanha Sagrada de Sulaiman-Too	2009	Quirguistão	Ásia
84	St Kilda	2005	Reino Unido	Europa
85	Paisagem Industrial de Blaenavon	2000	Reino Unido	Europa
86	Jardins Botânicos Reais, Kew	2003	Reino Unido	Europa
87	Paisagem de Minas de Cornwall e West Devon	2006	Reino Unido	Europa
88	The English Lake District	2017	Reino Unido	Europa
	Vilas Antigas do Norte da Síria	2011	República Árabe da Síria	Ásia
89				, .
90	Vat Phou e Assentamentos Antigos Associados com a Paisagem Cult. de Champasak	2001	República Popular Laos	Ásia
	Vat Phou e Assentamentos Antigos Associados com a Paisagem Cult. de Champasak Paisagem Cultural Lednice-Valtice	2001 1996	República Popular Laos República Tcheca	Asia Europa





93	País Bassari: Paisagens Culturais de Bassari, Fula e Bedik	2012	Senegal	África
94	Jardins Botânicos de Singapura	2015	Singapura	Ásia
95	Paisagem Agrícola do Sul de Öland	2000	Suécia	Europa
96	Lavaux, Terraços de Vinhedos	2007	Suíça	Europa
97	Koutammakou, a Terra de Batammariba	2004	Togo	África
98	Fortaleza de Diyarbakir e Paisagem Cultural dos Jardins de Hevsel	2015	Turquia	Europa
99	Cidade Antiga de antiga Tauric Chersonese e seu Chora	2013	Ucrânia	Europa
100	Paisagem Industrial de Fray Bentos	2015	Uruguai	América
101	Domínio de Chefe Roi Mata	2008	Vanuatu	Oceania
102	Complexo Paisagístico de Trang An	2014	Vietnã	Ásia
103	Colinas de Matobo	2003	Zimbábue	África

Fonte: Adaptado de UNESCO, 2009; UNESCO, 2017.

Continente	Paisagem Cultural Mundial		
África	15		
América	11		
Ásia	24		
Europa	48		
Oceania	5		

Tabela 1 – Distribuição por continentes das paisagens culturais reconhecidas mundialmente. Fonte: Adaptado de UNESCO, 2009; UNESCO, 2017.

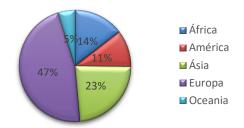


Gráfico 1 – Distribuição por continentes das paisagens culturais reconhecidas mundialmente. Fonte: Adaptado de UNESCO, 2009; UNESCO, 2017.

Avaliando os dados do quadro, é possível verificar que a quantidade de paisagens reconhecidas no continente europeu é significativamente maior em relação aos demais continentes (Ver Tabela 1 e Gráfico 1). A Europa apresenta 48 paisagens listadas, representando 47% do total. Já a Ásia apresenta 24 paisagens identificadas com 23% em relação aos demais. Os demais continentes representam juntos 30% do total, sendo que a Oceania contribui com apenas 5% das paisagens reconhecidas.

Essa desigualdade entre os continentes em relação ao reconhecimento de paisagens culturais de valor excepcional já foi levanta por ARAÚJO (2009), que na época, identificou a distribuição de 65% no continente Europeu e 35% nos demais. Os valores se alteraram conforme a expectativa desse autor, que previa maior igualdade na lista em função da possibilidade de incorporação de diferentes valores culturais a partir do conceito





da paisagem cultural. Nota-se que esta relação melhorou significativamente com o passar dos anos, apesar de ainda não apresentar uma completa igualdade territorial.

Avaliando o número de inscrições por ano, é possível notar que não há uma uniformidade na quantidade de paisagens inscritas ao longo do tempo (ver Gráfico 2). O ano de 2004 foi o que obteve o maior número, com 13 paisagens culturais inscritas, sendo destas 8 na Europa. Os anos de 2000, 2003, 2011 e 2015 são também anos de destaque em quantidade de inscrições, tendo 7 nos dois primeiros e 8 nos dois últimos.

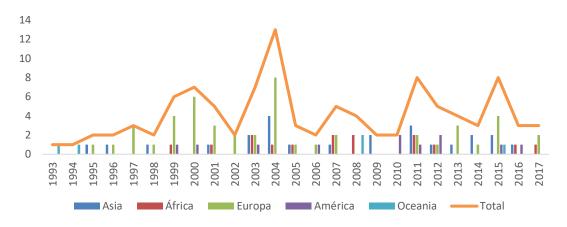


Gráfico 2 — Quantidade de paisagens culturais mundiais por ano de inscrição. Fonte: Adaptado de UNESCO, 2009; UNESCO, 2017.

4. O desafio da Paisagem Cultural no Brasil

A paisagem cultural, preserva valores culturais e o ambiente natural, torna-se um estimulador da economia e das relações sociais, além de promover a sustentabilidade a longo prazo, quando gerida de maneira adequada. Regiões podem ser valorizadas e visitadas em função da designação de patrimônio e da conservação da cultura e da paisagem, assim como acontece na Europa. O Brasil tem um grande potencial de valorização de sua paisagem cultural em função da sua ampla cultura formada por diferentes frentes de colonização aliadas ao conhecimento indígena e pela vasta extensão territorial com ricos e variados ecossistemas. No momento, os órgãos responsáveis pela gestão da proteção no Brasil ainda não estão prontos para acolher a demanda de proteção da paisagem cultural dado seu recente reconhecimento de como categoria de patrimônio e pela complexidade do tema.

No âmbito brasileiro, a chancela da Paisagem Cultural é a mais recente ferramenta de preservação do patrimônio dentro do conjunto de instrumentos federais de reconhecimento e proteção dos bens culturais, juntamente com o tombamento de bens materiais, o cadastro de sítios arqueológicos e o registro de bens imateriais. O conceito de Paisagem Cultural no Brasil é dado pela portaria 127/2009 do IPHAN como "uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores". Diferente da prática internacional, mais restritiva, a chancela no Brasil é encarada de uma forma mais permissiva do que a indicada pela UNESCO, onde são permitidas algumas intervenções,





respeitando as especificidades das diversas paisagens brasileiras. A ferramenta de preservação propõe o chancelamento da paisagem (suporte físico) e da cultura (relações sociais, econômicas e simbólicas), funcionando como um selo de reconhecimento do valor de patrimônio nacional à uma paisagem cultural, estimulando o turismo, manifestações culturais, o cultivo da terra de forma tradicional, entre outras atividades de preservação da cultura e do ambiente. Ela também tem a finalidade de atrair recursos e ações de salvaguarda através de parcerias entro o IPHAN, a sociedade civil, a iniciativa privada e as esferas governamentais. (VASCONCELOS, 2012)

A chancela da Paisagem Cultural Brasileira vem se somar aos instrumentos de proteção patrimoniais já existentes, como o tombamento e o registro de bens imateriais, criando meios para a proteção de grandes porções territoriais e, também, incentivando a gestão participativa do patrimônio cultural. Ela propõe o estabelecimento de um pacto entre órgãos e entidades interessados na gestão e proteção da paisagem chancelada podendo este ser integrado a um plano de gestão, mediante acompanhamento do Iphan. (VASCONCELOS, 2012: 63)

De acordo com Scifoni (2016), no âmbito brasileiro, a necessidade de um novo olhar para a paisagem iniciou nos estudos dos Roteiros Nacionais de Imigração desenvolvidos pelo IPHAN. Dada a forte pressão de fatores como urbanização e industrialização era preciso criar mecanismos de valorização e fomento para garantir a permanência dos grupos sociais nos espaços rurais. A partir dessa experiência foi produzida uma série de documentos que constituíram a base sobre a qual se elaborou a normatização legal para a instituição da chancela da paisagem cultural no Brasil, dentre eles a Carta de Bagé.

No entanto, existem entraves já levantados por especialistas como inibidores da aplicação da chancela. A falta de interesse da população e do poder público, a falta de familiaridade do instrumento jurídico por parte dos técnicos, a ausência da listagem dos documentos necessários para a solicitação do chancelamento na portaria e do conteúdo necessário no plano de gestão (VASCONCELOS, 2012). Até o momento, não há registro do uso da ferramenta de chancela como proteção da paisagem em todo o território nacional.

Algumas inciativas de preservação da paisagem cultural já foram realizadas no país, mas acabaram por não utilizar a chancela como instrumento de salvaguarda. Um dos exemplos deste acontecimento é o tombamento do Vale do Testo e Rio da Luz, nos municípios de Pomerode e Jaraguá do Sul, em Santa Catarina. Apesar de Gemente e Carvalho (2014) colocarem que este seria o primeiro local a receber a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, a efetivação do processo através deste instrumento nunca ocorreu, sendo que o IPHAN, utilizou o tombamento como modo de preservação. Este ato gerou severas críticas da comunidade acadêmica como descrito em Figueiredo e Batista (2016), avaliando duramente a atuação do IPHAN perante as reais necessidades e uso efetivo das ferramentas de proteção e da autoridade como órgão máximo da categoria. Ouestionamentos legais também ocorreram, no entendimento da nulidade jurídica do tombamento (STAUB, 2014). A ação também tem sido criticada pela comunidade local, que acredita que o tombamento impactou negativamente, aumentando as limitações de uma atividade econômica já difícil. Para Zanirato (2014), essa confusão advém do contexto da patrimonialização, que se deu sem a participação social no tombamento dos imóveis da região. Segundo IPHAN (2011), foi realizado o tombamento dos bens representativos da imigração no Estado em virtude da inexistência, à época, de uma forma previamente estabelecida para avaliação da proposta da paisagem cultural. Mas, mesmo após a emissão





da portaria n. 127/2009, os processos existentes estão paralisados até que se identifique soluções para implementação da chancela pelo IPHAN (WEISSHEMEIER, 2018)

Enquanto o IPHAN não define como efetivar a chancela, algumas regiões já são cotadas para ser inclusas na lista de Paisagem Cultural Brasileira: o Pantanal Matogrossense, Rio São Francisco e Vale do Ribeira, além das regiões de imigração do Sul do país (IPHAN, 2009). Costa e Gastal (2010) identificam 18 projetos de candidatura encaminhados ao IPHAN para a obtenção da chancela de Paisagem Cultural Brasileira. Vasconcelos (2012) comenta que o estudo do Vale do Ribeira para obtenção da chancela já está concluído. O local corresponde a um conjunto de terras banhadas bacia do Rio Ribeira, se tratando de uma paisagem singular que abriga diversas comunidades e a maior reserva de Mata Atlântica do Brasil. Outros autores também citam regiões brasileiras como merecedoras da chancela, como a cidade de Serro, em Minas Gerais (CASTRIOTA, 2009), o Vale Histórico Paulista (OLIVEIRA e ZANIRATO, 2017).

Ribeiro (2007), ao descrever a tentativa de inserção da cidade de Paraty na categoria de paisagem cultural junto à UNESCO, deixa clara a dificuldade dos agentes brasileiros de entender a paisagem cultural como um todo. As principais críticas do dossiê apresentado pelo IPHAN para a candidatura referiam-se ao terem englobados de modo consistente os elementos de uma paisagem cultural, tais como as manifestações culturais populares e as relações entre os elementos naturais e culturais. O documento atribuiu um valor muito maior ao aspecto construído do sítio histórico, sendo o dossiê considerado incompleto.

Araujo (2009) também afirma a "necessidade de desenvolver instrumentos legais de proteção efetiva das paisagens culturais, assim como novas abordagens para uma gestão mais integrada e que responda aos novos desafios propostos por este conceito". O autor ainda lembra que estas discussões ainda têm sido pautadas sob uma concepção tradicional, estando distante da visão global necessária e da aplicação adequada do conceito, que demanda gestão integrada dos envolvidos.

A necessidade de gestão integrada como critério básico para salvaguarda da paisagem cultural é comentada em Heidtmann Jr. e Loch (2014), onde o estudo sobre gestão da paisagem cultural identificou a necessidade do envolvimento de grande número de agentes, com formação, atribuição e composição diversa para que se efetive a preservação.

A aplicação prática da gestão integrada demanda um amadurecimento das partes envolvidas de forma que todas as partes tenham o conhecimento do valor cultural do bem, principalmente as comunidades locais, muitas vezes carentes deste entendimento. Zanirato (2009) lembra que a educação é um instrumento valioso e para mostrar a importância da manutenção de símbolos do passado e a necessidade de salvaguardar a natureza e seus recursos. Outro aprimoramento levantado pela autora como necessário é o de aprender a lidar com os conflitos, premissa do trabalho em grupo.

5. Considerações Finais

A conservação das paisagens culturais representa ao mesmo tempo, uma ferramenta poderosa na preservação do patrimônio de forma a integrar bens materiais e imateriais de maneira integrada aliada à sustentabilidade como um grande desafio aos gestores pela curta





experiência e complexidade da gestão necessária. A chancela como instrumento de proteção ainda não está sendo utilizada pelo órgão competente por dificuldades administrativas e jurídicas. É necessária uma melhor definição de como esta ferramenta deve funcionar no âmbito nacional, já que os órgãos parecem não ter conhecimento de como proceder e como aliar as diversas ferramentas (chancela, tombamento, registro, etc.) para uma efetiva proteção do bem cultural.

A gestão integrada é um quesito básico para o funcionamento adequado do complexo sistema de proteção da paisagem e este parece ser um grande desafio para os órgãos de proteção no Brasil. Estes parecem ainda se pautar unicamente no tombamento como ferramenta de proteção, engessando inadequadamente a evolução da paisagem para os bens materiais, enquanto permite perder as relações simbólicas (imateriais) antes existentes.

Desta forma, que este conceito lança novos desafios no campo da conservação de bens culturais no Brasil, exigindo a atuação alinhada dos órgãos responsáveis em níveis nacional, regional e local, com o envolvimento das populações locais. O detalhamento e revisão dos instrumentos de proteção e gestão da paisagem também são necessários.

O diferencial da chancela como ferramenta de proteção reside no seu caráter integrador dos aspectos material e imaterial, cultural e natural, que originalmente eram trabalhados separadamente. Apesar de a legislação permitir a inscrição de paisagens no Livro do Tombo, é importante a análise da validade desse instrumento em uma área de paisagem cultural, o que problematiza o registro do patrimônio imaterial e engessa parte dos bens da paisagem, restringindo sua evolução e indo de forma contrária ao preconizado nas regulamentações do IPHAN.

Referências

ARAUJO, Guilherme Maciel. Paisagem cultural: um conceito inovador. In: CASTRIOTA. Leonardo Barci. *Paisagem Cultural e Sustentabilidade*. Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Atualizada até a EC n. 96/2017. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2017. Disponível em: http://www.stf.jus.br/ arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2016

CASTRIOTA. Leonardo Barci. Paisagem cultural e técnicas agrícolas tradicionais: preservação e sustentabilidade no Serro (MG). In: CASTRIOTA. Leonardo Barci. *Paisagem Cultural e Sustentabilidade*. Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009.

FIGUEIREDO, Lauro César; BATISTA, Desidério. Paisagem cultural: limites e possibilidades do novo instrumento de gestão e conservação do patrimônio. In: *Colóquio Internacional - A Geografia na construção do futuro desejado.* Porto: CEGOT. Disponível em: https://www.academia.edu/29623302. Acesso em: 20 out. 2017.

FRONER, Yacy-Ara. Patrimônio cultural – tangível e intangível. In: CASTRIOTA. Leonardo Barci. *Paisagem Cultural e Sustentabilidade*. Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009.





HEIDTMANN Jr., Douglas; LOCH, Carlos. Reflexões sobre a gestão de paisagem cultural da imigração alemã em Santa Catarina. *Anais...* 3º Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Portaria nº 127, de 30 de Abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira*. Disponível em: https://iphanparana.wordpress.com/iphanparana/legislacao >. Acesso em: 6 nov. 2016

_____. Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Coordenação de Paisagem Cultural. Brasília, março de 2011. Disponível em: < https://documentacao.socioambiental.org/noticias >. Acesso em: 15 nov. 2017.

OLIVEIRA, Filipe Vieira de; ZANIRATO, Silvia Helena. *Patrimônio cultural e turismo: uma alternativa para o desenvolvimento local do Vale Histórico Paulista – SP*. Revista Confluências Culturais, v. 6, n. 2, set 2017.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007, 151p.

SAUER, Carl. Geografia Cultural. *Espaço e Cultura*. N. 3, jan 1997. Tradução do original de 1931. Disponível em:< www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/espaco ecultura/article/view/6706/4799>. Acesso em 08 mar. 2018.

SCIFONI, Simone. Paisagem Cultural. In: IPHAN. *Dicionário do Patrimônio Cultural*. 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural. Acesso em: 13 jan. 2018.

STAUB, Everton Balsimelli. A problemática da Legalidade no denominado "Tombamento" do Rio da Luz (Jaraguá do Sul) e Testo Alto (Pomerode), Chancela da Paisagem Cultural e Outras Reflexões. 2014. Disponível em: http://advocaciaimobiliariaebs.jusbrasil.com.br/artigos/145965719. Acesso em: 18 nov. 2017.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.* São Paulo: Difel, 1980.

UNESCO. *Cultural Landscapes*. 2017. Disponível em: http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/. Acesso em: 20 nov. 2017.

______. World Heritage Cultural Landscapes: a handbook for conservation and management. Paris: UNESCO, 2009. Disponível em: http://whc.unesco.org/documents/publi wh papers 26 en.pdf>. Acesso em: 20 nov.2017.

VASCONCELOS, Marcela Correia de Araujo. *As fragilidades e potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira*. Revista CPC, São Paulo, n.13, p. 51-73, nov. 2011/abr. 2012.

ZANIRATO, S. H. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. Patrimônio e Memória, v. 5, n. 1, p. 137-152, out. 2009.